

MS	Dourados
PA	Castanhal
PE	Cabo de Santo Agostinho
PE	Camaragibe
RJ	Angra dos Reis
RJ	Araruama
RJ	Barra do Piraí
RJ	Cabo Frio
RJ	Itaboraí
RJ	Itaguaí
RJ	Itaperuna
RJ	Magé
RJ	Maricá
RJ	Mesquita
RJ	Nilópolis
RJ	Nova Friburgo
RJ	Queimados
RJ	Teresópolis
RN	Parnamirim
RR	Boa Vista
SC	Balneário Camboriú
SC	Jaraguá do Sul
SC	Lages
SC	São José
SC	Tubarão
SE	Nossa Senhora do Socorro
SP	Assis
SP	Avaré
SP	Barretos
SP	Bebedouro
SP	Birigui
SP	Caieiras
SP	Caraguatatuba
SP	Catanduva
SP	Cotia
SP	Ferraz de Vasconcelos
SP	Francisco Morato
SP	Franco da Rocha
SP	Guaratinguetá
SP	Itanhaém
SP	Itapeverica da Serra
SP	Itapevi
SP	Itatiba
SP	Jaboticabal
SP	Jandira
SP	Leme
SP	Lins
SP	Lorena
SP	Ourinhos
SP	Paulínia
SP	Pirassununga
SP	Poá
SP	Presidente Prudente
SP	Ribeirão Pires
SP	Salto
SP	Santana de Parnaíba
SP	São João da Boa Vista
SP	Tatui
SP	Votorantim
SP	Votuporanga

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, FUNDADO NA CARTA DA ORGANIZA- ÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, NA CONVENÇÃO SOBRE O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA E NO ACORDO BÁSICO ENTRE O GOVERNODA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, PARA O FORTALECIMENTO E APER- FEIÇOAMENTO DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricul-
tura
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

CONSIDERANDO:

Que as relações de cooperação entre as Partes Contratantes estão amparadas e se fortalecem na "Carta da Organização dos Estados Americanos", na "Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura", de 1980 e no "Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais", celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, de 1984;

Que os objetivos propostos no âmbito deste Termo de Co-
operação estão inscritos nas prioridades governamentais e foram pre-
viamente discutidos com a Agência Brasileira de Cooperação do
Ministério das Relações Exteriores, a qual, por competência regi-
mental, articula e negocia com órgãos e entidades nacionais, es-
trangeiras e internacionais, públicas e privadas ações de cooperação
técnica;

Que a cooperação técnica para a viabilização de ações pro-
gramáticas em áreas pertinentes ao mandato do Instituto Interame-
ricano de Cooperação para a Agricultura se reveste de especial in-
teresse para as Partes Contratantes;

Que é conveniente estimular a cooperação entre as Partes
Contratantes,

Ajustam o seguinte:

Título I Do Objeto

Artigo 1º

O presente Instrumento de Cooperação Técnica tem como
objeto desenvolver ações e atividades relativas ao fortalecimento e
aperfeiçoamento do Programa Desenvolvimento Sustentável de Ter-
ritórios Rurais circunscritas na competência do Instituto Interame-
ricano de Cooperação para a Agricultura, conforme se apresenta no
Projeto de Cooperação Técnica - PCT.

Parágrafo Primeiro. São objetivos imediatos do PCT:

Objetivo 1: Aperfeiçoar os sistemas de planejamento, de mo-
nitoramento e avaliação, de informação, de comunicação bem como
de articulação de políticas e cooperação técnica do Programa De-
senvolvimento Sustentável de Territórios Rurais;

Objetivo 2: Aperfeiçoar os processos de constituição e gestão
dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial - CODETER e de
elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sus-
tentável - PTDRS;

Objetivo 3: Aperfeiçoar os processos de formação e desen-
volvimento de capacidades para o desenvolvimento territorial;

Objetivo 4: Aperfeiçoar o sistema de acesso a recursos e de
qualificação de projetos territoriais, e

Objetivo 5: Consolidar e acompanhar o desenvolvimento sus-
tentável dos territórios rurais.

Título II Do Instrumento de Cooperação Técnica

Artigo 2º

Integram o presente Instrumento de Cooperação Técnica o
Ajuste Complementar e o Projeto de Cooperação Técnica.

Parágrafo Primeiro. O Projeto de Cooperação Técnica apre-
senta objetivos, justificativas, metas a serem atingidas, estratégias
operacionais, cronograma de execução e orçamento necessários à
execução deste Instrumento de Cooperação Técnica.

Título III Das Instituições Executoras

Artigo 3º

O Governo da República Federativa do Brasil designa a
Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desen-
volvimento Agrário, doravante denominada SDT/MDA, órgão da ad-
ministração direta federal com sede no Setor Bancário Norte, Edifício
Palácio do Desenvolvimento, 8º andar, na cidade de Brasília, Distrito
Federal, como instituição responsável pela execução de ações de-
correntes do presente Instrumento de Cooperação Técnica, sempre em
coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação, doravante de-
nominada ABC/MRE, do Ministério das Relações Exteriores, com
sede no Anexo I, do Palácio do Itamaraty - 8º andar - Brasília -
DF.

Artigo 4º

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura,
doravante denominado "IICA", organismo internacional do Sistema
Interamericano, com sede em São José, Costa Rica, que designa sua
Representação no Brasil, situada em Brasília/DF, no SHIS QI-3, Lote
"A", Bloco F, como responsável pela execução das ações técnico-
operacionais decorrentes do presente Instrumento de Cooperação Téc-
nica.

Título IV Das Obrigações das Partes Contratantes

Artigo 5º

Ao Governo Brasileiro caberá:

a) por intermédio da ABC/MRE:

i) atuar, no âmbito de sua competência, nos termos do De-
creto Presidencial Nº 5.032, de 5 de abril de 2004, que versa sobre a
estrutura regimental e quadro demonstrativo dos cargos em comissão
e funções gratificadas do Ministério das Relações Exteriores, e

ii) compor o Comitê Diretivo nos termos dos Artigos 8º e
9º.

b) por intermédio da SDT/MDA:

i. compor o Comitê Diretivo nos termos dos Artigos 8º e
9º;

ii. compor a Coordenação Executiva nos termos dos Artigos
10 e 11;

iii. avaliar a eficiência e eficácia da ação de cooperação
técnica;

iv. garantir os recursos orçamentários e financeiros previstos
neste Instrumento de Cooperação Técnica e em revisões subsequen-
tes, proporcionando a infra-estrutura local, as informações e faci-
lidades necessárias à implementação das atividades;

v. obter, quando pertinente, a "não-objeção" escrita das ins-
tituições financeiras internacionais, para os termos de referência e
para as contratações de pessoas físicas e jurídicas;

vi. designar um ou mais integrantes do seu quadro de pessoal
efetivo ou ocupante de cargo em comissão para ordenar as despesas e
gerenciar o PCT, e

vii. promover os ajustes necessários ao atendimento de de-
mandas específicas dos órgãos financiadores e diferentes instâncias
governamentais, referentes a formatação de prestação de contas e
outros relatórios administrativos.

Artigo 6º

Ao IICA caberá:

a) compor o Comitê Diretivo nos termos dos Artigos 8º e
9º;

b) compor a Coordenação Executiva nos termos dos Artigos
10 e 11, e

c) prover suporte institucional necessário à gestão das ações
técnico-operacionais previstas neste Instrumento de Cooperação Téc-
nica.

Título V Da Gestão e Operacionalização

Artigo 7º

A gestão do Instrumento de Cooperação Técnica contará com
duas instâncias distintas e interligadas: Comitê Diretivo e Coor-
denação Executiva.

Artigo 8º

O Comitê Diretivo é a instância máxima do processo de
gestão do Instrumento de Cooperação Técnica sendo integrada por:

a. Diretor-Geral da ABC/MRE;

b. Representante do IICA no Brasil, e

c. Representante da SDT/MDA.

Parágrafo Único. Os integrantes do Comitê Diretivo poderão
designar formalmente seus representantes legais.

Artigo 9º

Ao Comitê Diretivo cabem as seguintes atribuições:

a) dirimir consensualmente questões decorrentes da execução
do Instrumento de Cooperação Técnica que não tenham sido re-
solvidas pela Coordenação Executiva;

b) sugerir e aprovar revisões no Instrumento de Cooperação
Técnica, e

c) aprovar o Relatório Final e o Termo de Encerramento do
Instrumento de Cooperação Técnica nos termos dos Artigos 16 e 17,
respectivamente.